

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO GAB/PRR2/N.C. nº

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2016.

Ref: GT de Combate aos Crimes Cibernéticos

Senhora Coordenadora,

Cumprimentando-a, em atenção ao Ofício nº 44E/2016/2ª CCR, e em complementação ao Ofício GAB/PRR2/N.C. nº 159/2016 (no sistema Único sob o nº 2248/2016), envio um relatório com as atividades que o GT de Combate aos Crimes Cibernéticos dessa 2ª CCR, vem realizando e se propõe a realizar ao longo do ano de 2016, em consonância com as ações relacionadas na Meta 2, afeta à temática do respectivo GT.

Na oportunidade, apresento votos de consideração e respeito.

NEIDE M. C. CARDOSO DE OLIVEIRA
Procuradora Regional da República
Coordenadora do GT de Combate a Crimes Cibernéticos

A Sua Excelência a Senhora
Dra. LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN
Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão
SAF Sul Quadra 4 – Conjunto C
Brasília/DF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

I - Núcleos Técnicos de Combate a Crimes Cibernéticos

A criação de Núcleos Técnicos de Combate a Crimes Cibernéticos, nos moldes do NTCCC de SP, é um pleito antigo do GT, praticamente o primeiro pedido data desde o primeiro ano de existência do GT e, durante o ano de 2015, o GT articulou sua efetiva implantação, que pretende ver concluída em 2016.

Após contato e videoconferência com o coordenador da SPEA, o procurador da República Daniel Salgado, em março passado, restou acertada a vinculação dos respectivos Núcleos às ASSPAs locais nos Estados de Recife, Porto Alegre, Brasília, Rio de Janeiro, e à SPEA, como um todo. O GT pretende abranger as 5 regiões do País, considerando que o de São Paulo já está formado. Contudo o colega Daniel Salgado ponderou a falta de estrutura atual e financeira da SPEA para a criação desses Núcleos, em razão do cediço contingenciamento de verbas na PGR.

Os Núcleos deverão ser, inicialmente, formados apenas por um técnico ou analista de informática, até que possa contar, além daquele, com um analista processual e um técnico administrativo; dotado de um equipamento de informática não ligado à rede do MPF. Os núcleos serão voltados: (a) ao atendimento de colegas em casos envolvendo crimes praticados por intermédio da Internet; (b) à análise das notícias de crimes cibernéticos recebidas no SAC; (c) apresentação de notas técnicas. Há ainda a descrição de atividades a serem desenvolvidas pelos núcleos, mas coordenadas pelo Núcleo Técnico da PR/SP, como a criação de ferramentas para otimizar a investigação dos delitos cibernéticos. O objetivo é que os núcleos estejam formados até o final de 2016. Os membros do GT Alfredo Falcão da PR/PE, Jaqueline Buffon da PR/RS e Paulo Gomes, da PR/RJ, já indicaram um servidor de cada uma de suas Unidades. O servidor da SPEA, Éder José Gabriel, foi indicado pelo próprio Daniel Salgado.

Informo, ainda, que foi criado informalmente no mês de agosto passado



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

o **Núcleo de Apoio ao Combate aos Crimes Cibernéticos pela chefia da PR/RS**, que será responsável pelos trabalhos e apoio aos procuradores do estado do Rio Grande do Sul.

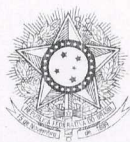
Informo, ainda, que a criação desses Núcleos Técnicos visa atender as **ações de nº 2; 7, 8; 9 e 10** previstas para cumprimento da **Meta 2**.

II- Ferramentas e programas que poderão ser compartilhados com o MPF

Como desde final de 2014, quando a então coordenadora do GT, Melissa Blagitz (membro do GT), fez juntamente com a PR/SP, Fernanda Domingos (membro do GT), uma visita técnica ao NCMEC – National Center for Missing and Exploited Children (ONG americana, responsável pela Central Nacional de Denúncias sobre pornografia infantil nos EUA) e FBI (que atua junto ao NCMEC), a coordenadora e a PR Fernanda Domingos mantiveram contato e realizaram uma reunião, no último dia 13 de abril, com a adida policial da agência ICE na Embaixada americana em Brasília, Cheryl Bassett, para viabilizar a troca de informações com aquele órgão, na Embaixada americana/DF.

O NCMEC, pela lei americana, recebe de todos os provedores de serviços americanos, cujos principais também operam no Brasil, como Google, Microsoft, Facebook e Yahoo, as páginas criadas em seus serviços com pornografia infantil seja ela de que país for.

Outra reunião foi realizada, no dia 23 de agosto passado, na PR/RJ, com a presença da coordenadora do GT, Neide Oliveira; a PR Fernanda Domingos (membro do GT); o DPF Pablo Barcellos (atual chefe do URCOP – Unidade Regional de Combate aos Crimes de Ódio e Pornografia Infantil da SRF/DF), além da citada adida e seu assessor. O objetivo era verificar como a Polícia Federal, que recebe os referidos *reports*, vêm efetivamente trabalhando com os mesmos e em atenção aos



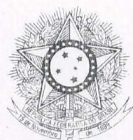
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

procedimentos instaurados na 7ª CCR e SCI sobre o tema. O DPF Pablo informou sobre o novo programa de gerenciamento dos *reports*, que a PF está desenvolvendo (inclusive pelo mesmo criador do programa Hórus), e que a partir de filtros inseridos no programa, fará o cruzamento dos respectivos *reports* e gerará casos, que podem incluir mais de um *report* ou vários. Informou ainda que pretende abrir um canal de consulta desses *reports* com o MPF, em breve. E visando sugerir os filtros e acompanhar o efetivo início desse programa, restou combinado com o DPF Pablo, uma reunião mensal, via videoconferência/Skipe, começando a primeira a partir do dia 13 de outubro próximo (inicialmente marcada para o dia 29/09), na qual serão sugeridos filtros e será informada a data efetiva de implantação do programa.

Paralelamente, a Espanha, por meio do órgão "Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado" (FCSE), representado por Francisco Alonso Batuecas (Fiscal Federal do Ministério Público Federal na Espanha), em contato com a PR/RS, Jaqueline Buffon (membro do GT), vem oferecendo a possibilidade de os grupos de trabalho que tratam de cibercriminalidade estabelecerem contatos para o fornecimento de ferramentas gratuitas especializadas em monitoramento, armazenamento e análise das múltiplas fontes de informação disponíveis na Internet (redes sociais, foros etc).

Tais ferramentas são programadas para gerar alertas a tempo que permitam atuar nos possíveis efeitos negativos dos mesmos, com o objetivo principal de proteger os interesses dos cidadãos, empresas e interesses do Estado. A Espanha tem intenção de firmarmos um Memorando de Intenções para obtenção de evidências, assunto que vem sendo tratado junto à SCI.

No mês de março de 2016, o International Center for Missing and Exploited Children - ICMEC e a UNICEF realizaram, na PGR, em parceria com o GT, um curso de treinamento para transferir gratuitamente uma ferramenta (Photo DNA/Rubstream, criada pela Microsoft), que foi distribuída para todos os participantes, via *pen drive*. O curso foi ministrado por professores americano e canadense, e entre os presentes, estavam vários membros do GT e alguns servidores, indicados pelo GT,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

para integrar os futuros Núcleos Técnicos.

O GT pretende que tais ferramentas possam nos ser disponibilizadas ao MPF, mediante acordos futuros, conforme previsto na **Meta 2**, nas **ações 1; 2 e 9**.

III – Acompanhamento dos projetos de lei oriundos da CPI dos Crimes Cibernéticos, encerrada em março de 2016

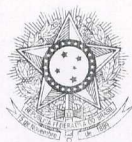
Em 10 de setembro de 2015, a ora subscritora, juntamente com a Fernanda Domingos, participou de audiência pública realizada no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, destinada à apuração da prática de crimes cibernéticos, a convite da respectiva Comissão.

A ora subscritora, com auxílio da PR Fernanda, expôs a atuação do MPF no Combate a Crimes Cibernéticos com apresentação em *slides* de forma bem didática, na qual destacou o trabalho do respectivo GT. E em março passado, a coordenadora apresentou uma minuta de projeto de lei para introdução dos crimes cibernéticos no CP, extraídos do Projeto de lei nº 236, de alteração do Código Penal.

Parte da minuta desse projeto de lei foi aproveitada no projeto de lei sem número que trata da alteração do art. 154-A do Código Penal, no qual foram inseridos alguns incisos citados na minuta de projeto de lei enviada pelo GT e trechos da fala da PR Fernanda Domingos naquela CPI é citada na justificativa do projeto.

Ademais, a coordenadora do GT recebe e acompanha todas as notícias relacionadas a referida CPI e projetos de lei, que são enviados pela assessoria parlamentar da PGR, via *e-mail* institucional.

Esse item visa atender ao previsto na **ação nº 5 da meta 2**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

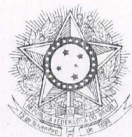
IV – Realização conjunta com outras Instituições/governos e participação do GT em curso e eventos nacionais e internacionais relacionados ao combate aos crimes cibernéticos

Tanto a Embaixada Britânica como a da Coreia do Sul contataram a colega Fernanda Domingos, via SCI, sobre a possibilidade de fazerem algum evento em conjunto nessa temática. A Embaixada Britânica realizou um treinamento na PR/SP sobre crimes relacionados à pornografia infantil na Internet com a agência britânica, especializada no tema, **nos dias 15 a 17 de março**, no qual estiveram presentes alguns membros do GT, custeados pela Embaixada.

E a Embaixada da Coreia do Sul pretende realizar um seminário na PR/SP sobre vários temas criminais, entre eles, sobre crimes cibernéticos. Nessa ocasião, a SCI pretende assinar um memorando de intenções, por eles solicitado, para troca de tecnologias e experiências nessa área.

No dia **1º de abril passado**, a coordenadora do GT proferiu palestra para juízes federais do TRF - 2ª Região sobre os "Aspectos Internacionais sobre os Crimes Cibernéticos", no qual entre outros assuntos relacionados ao tema, expôs o trabalho desenvolvido pelo respectivo GT, como fez ano passado. Inclusive em razão do sucesso da palestra proferida ano passado, foi convidada pela EMARF/RJ novamente para repeti-la esse ano e já está incluída no calendário anual daquela escola. Da mesma forma, as PRs Fernanda Domingos e Priscila Schreiner estão em tratativas com o TRF3 para ministrarem o mesmo curso para juízes federais em São Paulo.

Presença de quase todos os membros do GT (seis) no VI Fórum Nacional de Internet, organizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil- CGI.br, e por esse custeados, realizado nos dias **11/13 de julho passado**, na cidade de Porto Alegre/RS.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

No **próximo dia 14 de setembro**, a coordenadora ministrará o curso sobre Atuação do Ministério Público no Combate a Crimes Cibernéticos para promotores do MPE/RJ.

A coordenadora do GT foi convidada para palestrar sobre "A legislação brasileira e Jurisdição na Internet", no evento "Global Internet and Jurisdiction Conference", realizado em Paris, e indicou para a SCI (que custeou a viagem) a PR Fernanda Domingos para apresentar o MPF no evento e ministrar a palestra, nos dias **6/8 de julho passado**. Sendo muito elogiada pelos coordenadores do evento. Ambas estão convidadas para participar do evento final, em Paris, nos **dias 14/16 de novembro vindouro**.

No dia 19 de agosto passado, a tarde, as PRs Fernanda Domingos e Priscila Schreiner deram treinamento em crimes cibernéticos para juízes estaduais, promotores, policiais civis e militares e assessores no Fórum estadual de São Bernardo/SP.

A coordenadora do GT foi convidada para palestrar sobre o mesmo tema no Internet Governance Forum – IGF, no México, **nos dias 6/9 de dezembro próximo**.

Esse item visa atender ao previsto na **ação nº 5 da meta 2**.

V - Projeto "Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas"

O Projeto "Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas", realizado em parceria com a ONG SaferNet Brasil e patrocinado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, sob coordenação da PFDC com auxílio da 2ª CCR, por meio do GT em tela, e da 3ª CCR, pelo GT de Tecnologia da Informação, realizou 12 Oficinas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

"Segurança, Ética e Cidadania na Internet: Educando para Boas escolhas online", entre as 10 capitais selecionadas, no ano de 2015 até março de 2016. A coordenação do projeto é realizada pela coordenadora do GT, Neide Oliveira e pela PRR2, Marcia Morgado, que compõe o GT sobre Comunicação Social da PFDC, auxiliado pela integrante do GT, Fernanda Domingos.

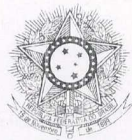
O projeto, iniciado em **01 de junho de 2015** e findo no dia **31 de maio de 2016**, já está com pedido aberto na AMGE da PGR para ser prorrogado por mais um ano, a fim de que seja realizado nos demais 15 capitais.

No **dia 22 de março**, foi realizada uma Oficina específica para comunidades indígenas de SP, conforme pedido da FUNAI; **em junho**, foi realizada uma Oficina na Universidade de Marília, organizada pelo PRDC/SP Petterson, com a participação de estudantes e professores, e a equipe do projeto.

No **dia 16 de agosto**, as PRs Fernanda Domingo e Priscila Schreiner foram à Secretaria Estadual de Educação de São Paulo para fazer um programa por meio da "Rede do Saber" sobre Gênero, Sexualidade e Educação digital, esse nos moldes do projeto, atingindo todas as coordenadoras de ensino do Estado de São Paulo.

No **dia 26 de agosto**, as PRs Fernanda Domingo e Priscila Schreiner palestraram sobre educação digital, para 100 professores de ensino norte do Estado de São Paulo.

Esse Projeto está relacionado diretamente à prevenção a prática de crimes cibernéticos, em relação aos quais as crianças e adolescentes são as principais vítimas. Sem deixar de também educá-las para que não se tornem futuros agressores. E visa atender à ação nº **5 da Meta 2**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

VI – Elaboração de Notas Técnicas

A coordenadora do GT e demais membros do GT participaram ativamente na redação da Nota Técnica dos Ministérios Públicos que combatem crimes cibernéticos sobre o descumprimento da legislação brasileira que regulamenta o uso da Internet, publicada no dia 12 de agosto passado. E desde então a coordenadora do GT vem reiteradamente concedendo entrevistas sobre o tema aos jornais (O Globo; Folha de São Paulo, Estado de São Paulo etc); TV (Record e TV Justiça) e revista (Veja).

Estão atualmente em elaboração Notas Técnicas sobre a adesão do Brasil à Convenção de Budapeste e sobre a legislação nacional sobre o tema para a Convenção da ONU (ambas pela PR Melissa Blagitz , membro do GT), ambas a pedido da SCI.

Tal atuação está diretamente relacionada a ação nº 3 da **Meta 2**.

VII – Realização de Seminário sobre Crimes Cibernéticos sob custeio da Escola Superior do Ministério Público da União

Já está previamente agendado o Seminário deste ano para os dias 16 e 17 de novembro, para ser realizado o curso sobre “O Ministério Público Federal e Poder Judiciário no Combate aos Crimes Cibernéticos”, a exemplo do ano passado, conforme acordado pelo membro do GT, Ângelo Ilha, junto à ESMPU. O curso já faz parte da grade da ESMPU, por esforços do GT nesse sentido e que o organiza.

O GT visa atender a **ação nº 6 da Meta 2**.

VIII – Inclusão de uma aula sobre crimes cibernéticos no Curso de Ingresso



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

e Vitaliciamento

O GT procura viabilizar junto à ESMPU que as integrantes do GT, Fernanda Domingos e Priscila Schreiner, ministrem aula sobre a atuação do MPF no combate aos crimes cibernéticos no Curso de Ingresso e Vitaliciamento - CIV para novos Procuradores da República, sempre que ele é aberto. Sempre considerando a importância do tema na atual criminalidade e ausência de cursos e aulas específicas sobre o assunto nas faculdades e cursinhos preparatórios para concursos.

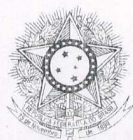
O GT visa atender a **ação nº 6 da Meta 2.**

IX - Acompanhamento e colaboração no procedimento instaurado no âmbito do GT de Tecnologia da Informação da 3ª CCR sobre a migração do sistema Ipv4 para IPv6:

A coordenação do GT pretende continuar a auxiliar e acompanhar o procedimento instaurado pelo GT de Tecnologia da Informação e Comunicação da 3ª CCR sobre a migração do sistema IPv4 para o IPv6. Foram expedidos pela coordenadora do GT ofícios ao SINDITELEBRASIL e a Polícia Federal/DF a respeito do procedimento em junho passado.

E visa cumprir a **ação nº 5, da Meta 2**, sem prejuízo do interesse indireto na regular obtenção de provas de dados telemáticos nos procedimentos e ações penais relacionadas aos crimes cibernéticos.

X – Apresentação do MPF no Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br e Departamento de Segurança da Comunicação e Informação - DSCI do Ministério da Defesa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

A coordenadora do GT, designada pelo PGR para integrar a Câmara de Segurança e Direitos do Comitê Gestor da Internet – CGI.br, que se reúne duas vezes ao ano, participou da 1ª reunião deste ano, ocorrida nos dias 11 de julho passado, na Cidade de Porto Alegre, durante o VI Fórum Nacional de Internet.

As PRs Fernanda Domingos e Priscila Schreiner foram convidadas para participarem da reunião do Conselho do CGI e esclarecerem a Nota Técnica dos Ministérios Públicos que combatem crimes cibernéticos sobre o descumprimento da legislação brasileira que regulamenta o uso da Internet, no último dia 19 de agosto.

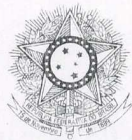
Assim como a coordenadora GT pretende continuar a participar das reuniões agendadas, nas reuniões do Comitê Gestor do Departamento de Segurança, Comunicação e Informação - DSCI do Ministério da Defesa, ou por meio de seu suplente, o membro do GT, Alfredo Falcão.

O GT atende **a ação 6 da Meta 2.**

XI – Roteiro de Atuação em Crimes Cibernéticos - nova impressão

Considerando que o estoque dos respectivos exemplares praticamente tinha acabado em razão da larga distribuição no ano de 2015; a necessidade de revisarmos o texto para uma nova impressão com a inclusão de doutrina sobre o Marco Civil da Internet e alteração dos nomes de domínio do MPF, e a importância de continuarmos a distribuição seletiva dos exemplares, o GT organizou sua atualização e obteve junto à representação da UNICEF, no Brasil, o custeio para nova reimpressão atualizada. Foram entregues 1500 exemplares, que podem ser distribuídos para procuradores e demais autoridades de todo o país.

Com a distribuição desse material aos colegas e outras autoridades, o GT



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

visa atender **a ação nº 6 da Meta 2.**

XIII - Conclusão

Do exposto, a coordenação do GT de Combate aos Crimes Cibernéticos espera ter esclarecido as ações que o GT, por seus membros, vem realizando ao longo do ano de 2016.

Coloco-me à disposição para qualquer informação adicional e aproveito para reiterar votos de consideração e respeito.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and curves, positioned above the printed name.

NEIDE M. C. CARDOSO DE OLIVEIRA
Procuradora Regional da República
Coordenadora do GT de Combate a Crimes Cibernéticos